



6º Encontro Internacional de Política Social
13º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl
Marx para pensar a crise do capitalismo
Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

Eixo: Análise, avaliação e financiamento das políticas públicas.

**A EXPERIÊNCIA DE PESQUISA NO PROJETO MUNDO SEM POBREZA
(WWP): INICIATIVA BRASILEIRA DE APRENDIZAGEM**

Patrícia Andrade de Oliveira e Silva¹

Resumo: A iniciativa Mundo sem Pobreza foi uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Banco Mundial. O objetivo era estimular a sistematização e disseminação de conhecimentos sobre os programas sociais, promovendo o intercâmbio de conhecimentos, com foco no combate à pobreza e a promoção do desenvolvimento humano. Minha experiência como bolsista do Ipea nesse projeto melhorou minha capacidade de sistematização e avaliação de políticas públicas. Para compartilhar esse conhecimento, este relato de experiência é dividido em 4 seções: Introdução, Marco Teórico, Resultados e Considerações e, Referências Bibliográficas.

Palavras-chave: Políticas públicas; Políticas sociais; Combate à pobreza.

**RESEARCH EXPERIENCE INSIDE OF BRAZIL LEARNING INITIATIVE
FOR A WORLD WITHOUT
POVERTY (WWP)**

Abstract: The World Without Poverty initiative was a partnership between Ministry of Social Development, the Institute for Applied Economic Research (Ipea), the International Policy Centre for Inclusive Growth of the United Nations Development Programme and the World Bank. The objective was to stimulate the systematization and dissemination of knowledge about social programs, promoting the exchange of knowledge, focusing poverty alleviation and human development. My experience as an assistance researcher from Ipea on this project has significantly improved my ability to systematize and evaluate public policies. To share this knowledge, this experience report is divided into 4 sections: Introduction, Theoretical Framework, Results and Conclusions and, References.

Keywords: Public Policy; Social Policy; Poverty Alleviation.

1. Introdução

Após os anos 1990, devido as políticas de cunho liberalizantes implementadas em muitos países latino americanos, é sabido que as taxas de desigualdade e pobreza cresceram, especialmente no Brasil. Os anos 2000 trouxeram a necessidade de ações integradas e voltadas ao bem-estar social e, segundo WWP (WORLD WITHOUT POVERTY, 2017) e Osório (2015), desde a criação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM's) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS's), os líderes mundiais estão buscando colocar em suas agendas de governo as questões sociais e, por

¹ Doutora em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Campinas e Pesquisadora de Pós-Doutorado na Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: <pandrade.eco@gmail.com>.

isso, o compartilhamento de boas experiências e práticas entre os países também se tornou uma necessidade para os gestores públicos. Nesse contexto, ganhou ênfase a chamada Cooperação Sul- Sul, centrada entre os países do eixo Sul, que apesar de suas diferenças políticas, culturais, históricas, ainda enfrentam (quase que em conjunto) as mazelas do subdesenvolvimento, diferentemente da Cooperação Norte-Sul, onde os países desenvolvidos não possuem muitas vezes o mesmo poder de comparação entre suas políticas.

Nesse contexto, o Brasil dos anos 2000 foi marcado por um período de crescimento econômico contínuo e o rendimento médio domiciliar entre 2004 e 2014 apresentou crescimento real de 4,6% ao ano, ao mesmo tempo que o Índice de Gini decresceu de 0,570 em 2004 para 0,515 em 2014. Observando a linha de pobreza a queda na taxa de pobreza extrema no mesmo período alcançou uma redução média de 10% a. a. Através das boas condições macroeconômicas internacionais (como o crescimento exponencial da economia chinesa) houve recuperação de parte das finanças públicas brasileiras, além da relevância da política social e valorização crescente do salário mínimo, com destaque para os programas destinados à erradicação da pobreza, bem como se destaca a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). (OSÓRIO, 2015).

O MDS gerou mecanismos de coordenação intersetorial que integravam diversas outras políticas, como as de educação, saúde, proteção social, etc, com estratégias integradas que permitiam observar e solucionar diversas dimensões relacionadas ao combate à pobreza e desigualdade. Dentro desse contexto surgiu a Iniciativa Mundo sem Pobreza (World Without Poverty (WWP)), entre 2013 e 2017, com o objetivo sintetizar conhecimentos sobre as políticas sociais brasileiras, além de promover o intercâmbio dos mesmos nacional e internacionalmente. Foram reunidas as experiências dos parceiros no combate à pobreza e promoção do desenvolvimento humano, proporcionando aprendizagem entre pares, com foco no *know-how* dos sistemas de implementação de programas (WORLD WITHOUT POVERTY, 2017).

Ainda segundo WWP (WORLD WITHOUT POVERTY, 2017), os conteúdos disponibilizados¹ podem ser classificados em: a) Estudos de caso: ênfase nos desafios da implementação e nos detalhes de cada política social selecionada; b) Fichas:

¹ Os materiais podem ser encontrados em:
<[https://wwp.org.br/?ct=t\(16_Newsletter_WWP_PT9_12_2017\)>](https://wwp.org.br/?ct=t(16_Newsletter_WWP_PT9_12_2017)>).

informações específicas para auxiliar outros gestores; c) Resumos: características mais amplas dos projetos, resumidas em duas páginas; d) Vídeos: para ilustrar as experiências e dar voz aos beneficiários; e) Apoio e Realização de Seminários Internacionais: presenciais e virtuais (webinars), estimulando o compartilhamento de informações entre os diversos países.

Em 4 anos a equipe do WWP realizou mais de 15 reuniões entre os membros de seus comitês organizadores, “[...] publicou 80 produtos sobre quase 30 políticas sociais diferentes no Brasil, que foram publicados em 4 diferentes idiomas (inglês, português, francês e espanhol), somando mais de 300 documentos organizados de forma concisa e estruturada” (WORLD WITHOUT POVERTY, 2017, p. 16).

Ainda que a iniciativa tenha chegado ao seu término em dezembro de 2017, a plataforma digital continua disponível e é gerida pelo governo brasileiro, se consolidando como uma das plataformas mais acessíveis do mundo no que se refere as políticas sociais, auxiliando formuladores de políticas, pesquisadores e o público geral. Dessa forma, ainda que os interesses governamentais e a conjuntura política brasileira enfrentem um período de crise, especialmente após o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff em 2016, os conteúdos gerados continuam disponibilizados e certamente contribuíram e continuarão a contribuir com muitos gestores e pesquisadores pelo mundo.

Para entender melhor como a iniciativa foi idealizada, sua estrutura e seus resultados, as próximas seções irão desvendar os marcos teóricos e os resultados obtidos, todos sob o prisma da minha contribuição como pesquisadora durante 1 ano (fevereiro de 2016 até fevereiro de 2017) e a colaboração de uma revisão bibliográfica sobre o tema e o projeto.

2. Marco Teórico

A questão referente ao combate à pobreza e desigualdade sempre foi amplamente discutida no Brasil, especialmente após os anos 1990, quando as políticas de cunho liberalizantes implementadas no país pioraram consideravelmente esses indicadores. Segundo Silva (2015; 2017) e Castro et al. (2012), entre outros, houve uma melhoria expressiva da renda anual dos mais pobres de 7,2% para 9,2% do total de rendimentos entre 2001 e 2004 e a queda no Índice de Gini representou um acréscimo de 20% na renda familiar *per capita*.

O cenário positivo se expandiu nos anos seguintes conforme apontam Souza (2012) e MDS/SAGI (2015), pois o crescimento da renda dos 20% mais pobres cresceu 127% entre 1995 e 2009, enquanto que a mesma porcentagem para os 20% mais ricos foi de 54%, fazendo com que a pobreza extrema durante esse período passasse de 16,4% para 4,7% da população brasileira ao mesmo tempo em que o Índice de Gini caiu de 0,599 para 0,539 e o crescimento real do PIB em 2010 ultrapassou 7%. Segundo Silva (2017), essa mudança foi alavancada pelo maior acesso ao mercado de trabalho e a queda do desemprego, destacando a melhora na distribuição dos rendimentos do trabalho, diminuindo inclusive a heterogeneidade etária e de experiência na força de trabalho.

Medeiros e Souza (2016) ao analisar a queda da desigualdade entre 2006 e 2012 levando em consideração os dados tributários, apontam que em relação estritamente ao cálculo da desigualdade é necessário observar a influência do topo da pirâmide (os mais ricos) nesse processo. Buscando captar essa influência foram utilizados os dados da Declaração Anual de Ajuste do Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF) que, apesar de não apresentarem compatibilidade plena com os dados da PNAD, em sua concepção inclui os rendimentos que não são computados pela PNAD.

Os resultados mostram que uma diminuição da desigualdade de renda no topo da distribuição causa maiores impactos, indicando que a desigualdade de renda é mais afetada pelos mais ricos do que pelos mais pobres, pois segundo os autores “[...] a mudança por modificação nos 5% mais ricos é claramente mais forte que aquela causada por um grupo cinco vezes maior, os 25% mais pobres” (MEDEIROS; SOUZA, 2016, p. 14). Esse fato também foi apontado no trabalho de Osório (2015) que constatou que o Índice de Gini passou de 0,570 em 2004 para 0,515 em 2014, uma queda de 9,7% na desigualdade, que poderia ser maior ao se considerar outros indicadores mais sensíveis à presença dos ricos, onde a queda na desigualdade pode chegar a 21,4%, mais de 2% ao ano.

De toda maneira, apesar da diferença no impacto da queda da desigualdade ao se observar o topo da distribuição, é notável e comprovado que esse período foi marcado pela melhora das condições de vida da população brasileira. Entre as causas, encontram-se muitos dos programas sociais oriundos das políticas públicas sociais colocadas em prática durante esse período. Sobre essa temática vale destacar que as políticas públicas, segundo Almeida Filho (1997; 2011) refletem a natureza do Estado em diferentes formações sociais, apresentando potencial limitado de mitigação dos efeitos

colaterais do desenvolvimento capitalista, uma vez que o mesmo é marcado pela dominação econômica e social do capital portador de juros. Mesmo assim, há espaço significativo de discussão das políticas públicas em geral, sobretudo as sociais.

Ainda segundo Almeida Filho (2006) as ações estatais relacionadas à política social estão relacionadas aos entraves encontrados nas correntes de pensamento tradicionais do desenvolvimento econômico. O desenvolvimento de questões sociais nacionais foram geradas a partir de três processos distintos e correlacionados, sendo eles: a padronização de normas, formulação e oficialização de acordos de cooperação e de políticas de desenvolvimento, a geração de espaços regionais geopolíticos (sendo a União Europeia o exemplo fundamental) e, por último, as mudanças em processo nos espaços rurais e urbanos, apontando elevado grau de diversificação de atividades que anteriormente eram consideradas somente urbanas.

O levantamento histórico das políticas sociais brasileiras desde o fim do regime militar (1985 em diante), mostra que estas estiveram sempre presentes, embora em diferentes perspectivas. Nota-se que alguns governos demonstraram maior destaque na intervenção estatal em questões sociais, como por exemplo, os governos Sarney, Lula e Dilma. Nesses três casos, apesar das diferenças, a participação estatal na área social se mostrou mais ativa, especialmente no Plano de Metas para o setor social e no Programa Fome Zero.

Desde a Constituição de 1988 e particularmente desde 2003, o Estado brasileiro vem desenvolvendo um conjunto de ações de proteção e promoção social, especialmente as políticas de previdência, assistência, regulação do trabalho, além de educação e saúde. Os incentivos decorrentes dessas políticas se refletem na elevação da participação dos gastos públicos sociais no total de gastos do governo. Castro et al. (2012), por exemplo, mostram a elevação das despesas em assistência social de 0,7% em 1995 para 6,9% em 2010, sendo os principais os programas de transferência de renda e a valorização contínua do salário mínimo. Em contraste, as áreas da saúde e educação perderam participação ao longo dos anos (cerca de 10% dos gastos totais), fato preocupante devido à enorme importância desses temas para o desenvolvimento do país.

Para realizar uma análise atual acerca dos gastos sociais, analisando os dados disponibilizados pelo Tesouro Nacional (2016), há claramente o aumento da participação nos gastos sociais, passando de 59,9% do Gasto Social Federal (GSF) em 2002 para 67,3% em 2015 e, ao observar os gastos tributários, percebe-se que a elevação na

participação foi ainda mais significativa, aumentando de 17% em 2002 para 38,6% em 2015. A elevação nos gastos chega a representar um aumento superior a 3 pontos percentuais do PIB ao se comparar os valores observados entre 2002 e 2015. As áreas em destaque são: a) Educação e Cultura (com elevação de 0,74 p.p. do PIB); b) Assistência Social (0,78 p.p. do PIB) e c) Previdência Social (com 0,97 p.p. do PIB).

Sendo assim, percebe-se que o maior enfoque nas políticas sociais na última década no Brasil resultou em efeitos reais tanto em relação ao volume de gastos governamentais nessas áreas, como nos seus impactos sobre a desigualdade e a pobreza. Esse cenário chamou a atenção de outros países em situações semelhantes interessados em conhecer a experiência brasileira de combate à pobreza e a desigualdade e, é nessa conjuntura que se reforçam o esforço da cooperação Sul-Sul. Segundo Hirst (2012) conforme os países subdesenvolvidos obtêm maior participação em termos geopolíticos e econômicos mundialmente, os mesmos tendem a gerar novas fonte de pressões que elevam as suas responsabilidades, especialmente com os demais países em condições similares, seja para melhorar a provisão de bens públicos (inclusive as políticas públicas) ou para oferecer ajuda humanitária. Assim, a cooperação Sul-Sul tem contribuído para inovar os formatos de assistência aos países que buscam novo patamar de desenvolvimento.

Dentre as diversas iniciativas de fomento da cooperação internacional, algumas plataformas de conteúdo se destacam, entre elas a Iniciativa World Without Poverty, destaque desse relato, que colaborou e ainda colabora (através das suas publicações e documentos) para a disseminação de práticas e conhecimentos acerca das políticas sociais brasileiras que servem de exemplo para outros países, especialmente daqueles localizados no eixo Sul.

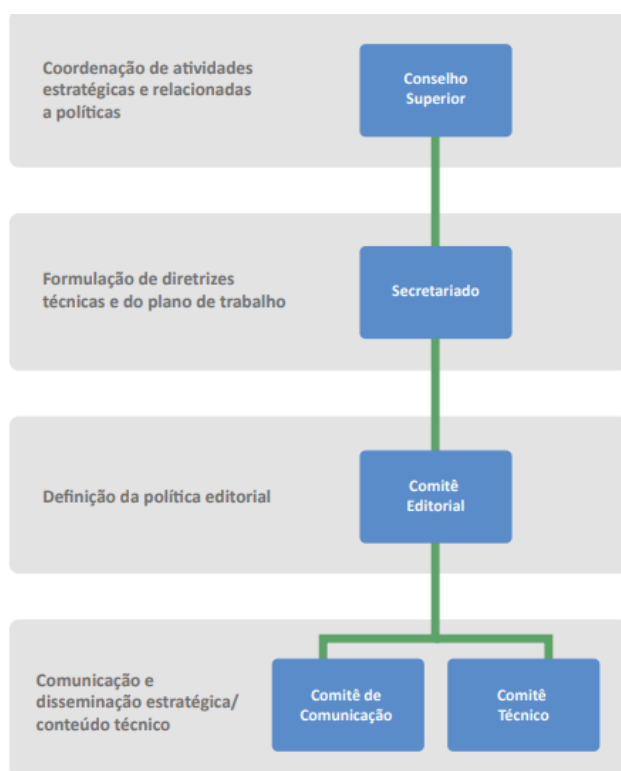
3. Resultados e Considerações Finais

Conforme visto anteriormente, o trabalho desenvolvido pela Iniciativa Brasileira de Aprendizagem Mundo sem Pobreza (WWP) foi resultado da necessidade das instituições envolvidas, sendo elas: Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Banco Mundial, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (IPC-IG) para catalogar e difundir as experiências brasileiras em

relação as políticas públicas, com destaque para as sociais (WORLD WITHOUT POVERTY, 2017).

Como pesquisadora assistente contratada pelo IPEA para trabalhar no projeto durante um ano, percebi que foi sendo construído ao longo do tempo um fluxo de trabalho estruturado através de um plano acordado entre os parceiros que resultou em uma estrutura de governança composta por diversos comitês. Conforme demonstra a figura 1, a governança da iniciativa era composta por um Conselho Superior, que tinha como função coordenar as atividades desenvolvidas a respeito das políticas, o Secretariado, responsável pelas diretrizes técnicas e, por fim, o Comitê Editorial que coordenava os conteúdos técnicos e a sua comunicação. Na equipe responsável estavam incluídos um diretor de projetos em tempo integral, um analista de comunicação e um pesquisador, membros fundamentais para o funcionamento preciso das atividades.

Figura 1. Governança do WWP



Fonte: World Without Poverty (2017).

Ainda segundo WWP (WORLD WITHOUT POVERTY, 2017, p. 20), “a contratação e a manutenção da equipe foram possíveis através da contribuição financeira do Banco Mundial (título de Doação IDF no TF016605) no total de USD 600.000 para

dispêndio entre março de 2015 e dezembro de 2017”. Os demais parceiros também contribuíram por meio de atividades relacionadas à concepção, revisão e produção de conhecimentos, sendo a minha contratação como pesquisadora do IPEA alocada no WWP apenas um exemplo de como as demais instituições colaboraram financeiramente.

Ao longo da construção do projeto, um regimento interno foi realizado para determinar as rotinas e funções de cada membro da equipe, além das atividades a serem realizadas em cada comitê. Dessa forma, os entes envolvidos proporcionaram diversos insumos técnicos, necessários para definir a seleção de políticas e questões a serem desenvolvidas e disseminadas. O IPC-IG foi um membro relevante para o projeto, pois disponibilizou apoio físico (sede do escritório do WWP) e administrativo-financeiro. Por outro lado, o MDS colaborou em grande escala para a obtenção de grande parte dos conhecimentos sobre políticas públicas e, algumas publicações tiveram o conteúdo e o *layout* produzidos diretamente pelo Ministério que, ao mesmo tempo, foi amplamente beneficiado ao obter maior capacidade de internacionalização dos seus conteúdos.

Dentre os resultados alcançados pela iniciativa, destacam-se dois produtos principais:

- Produto 1 – Produção de Conhecimento: 80 publicações sobre temas relacionados a: transferência de renda; inclusão produtiva; coordenação de políticas, monitoramento e avaliação; assistência social; cadastro único e segurança alimentar. 39 vídeos entre estudos de caso, séries WWP, eventos, capacitações, o sistema brasileiro de proteção social e o vídeo institucional;
- Produto 2 – Compartilhamento de Conhecimentos: 13 *webinars* em 4 idiomas diferentes, 75.000 seções do site com 290.000 visualizações da página, mais de 5.000 interações no Facebook com apenas uma publicação semanal (julho de 2016 até junho de 2017), 1.174 assinantes da *Newsletter*, com uma taxa média de clique de 8%, além do apoio e realização de eventos e seminários (dentre eles, um seminário internacional exclusivamente realizado pela iniciativa).

Sobre o primeiro produto, destacam-se as publicações que foram categorizadas de acordo com a maior procura dos temas pela comunidade internacional, sendo eles segundo WWP (WORLD WITHOUT POVERTY, 2017):

- Cadastro Único: ferramenta usada para identificação e classificação socioeconômica das famílias de baixa renda. O CadÚnico obtém 27 milhões de

famílias cadastradas e a iniciativa elaborou sete documentos sobre esse tema, incluindo uma versão anotada do formulário de cadastro utilizado na prática;

- Bolsa Família: um dos maiores programas de transferência de renda do mundo, com 25 publicações sobre essa temática, detalhando sua execução, resultados e sua Tecnologia de Informação (TI);
- Inclusão produtiva: cinco publicações foram desenvolvidas sobre as iniciativas que ajudaram as famílias brasileiras superar suas vulnerabilidades;
- Segurança alimentar: especialmente devido ao “Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)”, que serviu de inspiração para o programa africano Purchase from Africans for Africa, informações acerca dessa política foram disponibilizadas, em conjunto com informações complementares sobre o Programa de Cisternas;
- Assistência social: informações acerca do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que é um sistema do governo brasileiro que organiza as atividades referentes à assistência social desde 2005. Entre as políticas realizadas, destacam-se o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC);
- Monitoramento e avaliação: disseminação do trabalho realizado pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) do MDS e;
- Coordenação de políticas: compartilhamento da experiência obtida através do Plano Brasil sem Miséria, que integra diversas políticas sociais nos âmbitos intersetorial e interfederal, tema de 11 produtos de conhecimento da iniciativa.

Todos os conteúdos disponibilizados pela plataforma digital foram fundamentais para que a iniciativa conseguisse obter o sucesso necessário em seu segundo produto e objetivo final: a disseminação do conteúdo para os gestores e pesquisadores nacionais e/ou internacionais. Como resultado, em 2016

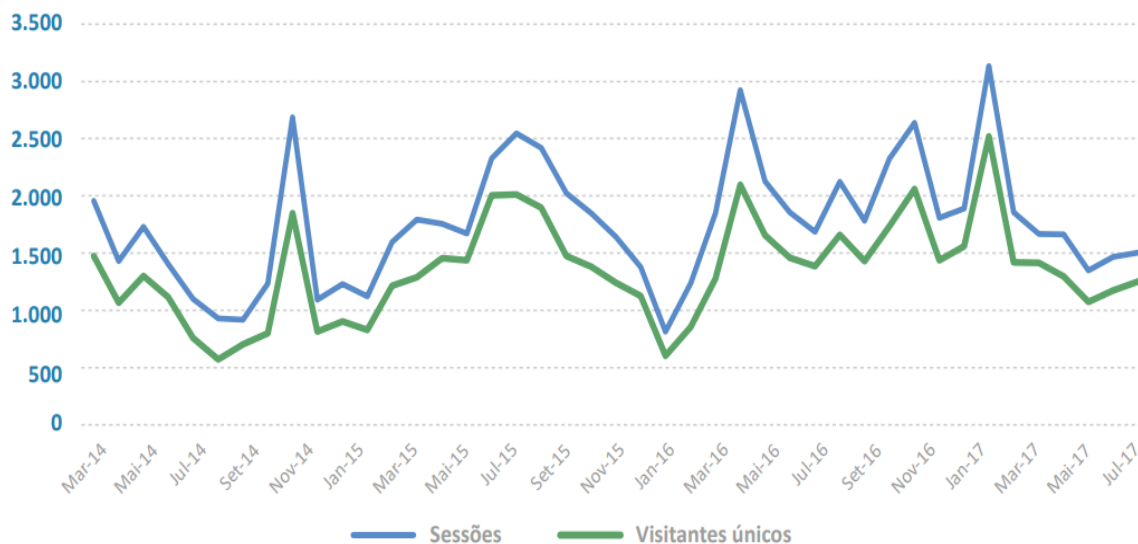
[...] as publicações e as apresentações do WWP foram baixadas 111.510 vezes, um aumento de 108 por cento em relação ao ano anterior – quando o crescimento já havia aumentado 114 por cento em relação a 2014 –, contabilizando cerca de 250 mil downloads no mundo inteiro em setembro de 2017 (WORLD WITHOUT POVERTY, 2017, p. 38).

Conforme demonstra o Quadro 1, as publicações mais populares (de acordo com a língua) estão sempre fortemente correlacionadas com o Bolsa Família e o Cadastro Único, fato que é explicado pelo destaque nacional e internacional dessas experiências. Observando o tráfego do site, segundo a Figura 2, o seu público foram 58.099 visitantes únicos e 292.193 páginas, com médias mensais de 1.756, 1.351 e 6.795, respectivamente com picos de acesso ao final de 2014, início de 2016 e 2017, as mesmas datas de eventos apoiados ou realizados pela iniciativa.

Quadro 1. Publicações mais Populares do WWP.

Publicações mais populares	
Português	Inglês
<ul style="list-style-type: none"> • Condicionais do Bolsa Família: Descumprimento (Série Bolsa Família nº 10) • Desafios de capacitação profissional: a experiência do Pronatec/BSM em Senador Canedo, Brasil (Série Estudos de Caso nº 3) • Formulário original do Cadastro Único (Série Cadastro Único nº 5) • Ficha de Programa sobre o Cadastro Único (Série Cadastro Único nº 2) • A Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (Série Relatos de Uso de M&A nº 2) 	<ul style="list-style-type: none"> • Formulário original do Cadastro Único (Série Cadastro Único nº 5) • Condicionais do Bolsa Família: Apresentação (Série Bolsa Família nº 3) • Apresentação do Cadastro Único brasileiro (Série Cadastro Único nº 3) • Condicionais do Bolsa Família: Como funcionam? (Série Bolsa Família nº 6) • A experiência brasileira na construção de um registro único (Série Cadastro Único nº 4)
Espanhol	Francês
<ul style="list-style-type: none"> • Formulário original do Cadastro Único (Série Cadastro Único nº 5) • Condicionais do Bolsa Família: Como funcionam? (Série Bolsa Família nº 6) • Apresentação do Plano Brasil sem Miséria (Série sobre Coordenação de Políticas nº 2) • Condicionais do Bolsa Família: Apresentação (Série Bolsa Família nº 3) • Ficha Resumo do Bolsa Família (Série Bolsa Família nº 1) 	<ul style="list-style-type: none"> • Formulário original do Cadastro Único (Série Cadastro Único nº 5) • Apresentação do Cadastro Único brasileiro (Série Cadastro Único nº 3) • Ficha Resumo do Bolsa Família (Série Bolsa Família nº 1) • Ficha de Programa do Bolsa Verde (Série Bolsa Verde nº 2) • Ficha Resumo do Cadastro Único (Série Cadastro Único nº 1)

Figura 2. Tráfego do site



Fonte: WORLD WITHOUT POVERTY (2017).

Em relação às *Newsletters*, realizadas trimestralmente de junho de 2014 até dezembro de 2017, dos 1.174 assinantes 265 acessam os materiais em inglês, 74 em espanhol, 50 em francês (último idioma a ser adicionado em abril de 2017) e 785 em português e, o nível de envolvimento é considerado alto, pois segundo WWP (2017):

A melhor forma de medir esse envolvimento é com a taxa de abertura – literalmente, quantas pessoas abriram e visualizaram a newsletter – e com a taxa de cliques – ou seja, quantas pessoas realmente clicaram no conteúdo. A taxa média de abertura das primeiras 14 edições, em todos os idiomas, é de 38,1 por cento; a taxa média de cliques é de 8,2 por cento. No caso de organizações sem fins lucrativos, os indicadores ficam acima da média do mercado, de 19,3 e 1,9 por cento, respectivamente, de acordo com o MailChimp, uma das principais empresas globais de marketing por e-mail (WORLD WITHOUT POVERTY, 2017, p. 41).

A taxa de crescimento mensal de assinantes era cerca de 1%, chegando em até 12% durante reuniões internacionais e outros eventos que atraíam especialmente o público-alvo da iniciativa. Através dessa análise, foi possível confirmar que a Iniciativa WWP foi muito exitosa em relação ao que se propôs inicialmente e de fato proporcionou uma maior abertura e troca de conhecimentos entre diversos gestores e pesquisadores da área das políticas públicas.

Claramente, o fato de ser composta por entes ligados ao poder governamental e organismos multilaterais facilitou a sua inserção nacional e internacional, mas não devem ser subestimadas todo o seu aparato institucional, de planejamento, gestão e execução dos conteúdos, todos garantidos por uma equipe extremamente coordenada e bem preparada. De fato, uma das maiores contribuições da iniciativa foi criar mecanismos de governança (através de seus comitês) que se relacionavam e dividiam tarefas entre si, agilizando os processos e possibilitando aumentar o leque de atividades realizadas pelo projeto.

Outra inovação importante foi a elaboração de conteúdos de acesso irrestrito e online, com tradução em 4 línguas distintas, além de serem materiais concisos e diretamente voltados para as questões relacionadas à gestão dos projetos. Proporcionar o “passo-a-passo” de cada programa foi um fator fundamental para que gestores internacionais se interessassem imediatamente pela iniciativa. É necessário destacar também a realização dos eventos para chamar a atenção de um público maior e dos vídeos como uma forma audiovisual relevante para compreender os processos.

Portanto, é notável que a iniciativa WWP cumpriu com o seu papel e pode servir como exemplo para outros projetos semelhantes, através da análise da sua estrutura institucional, de governança e atuação. Especialmente nesse momento, onde o projeto se encerrou em 2017 e o governo brasileiro está em crise, é sempre bom recorrer a iniciativas de sucesso para demonstrar a extrema relevância das políticas sociais para uma parcela considerável da população brasileira.

4. Referências Bibliográficas

ALMEIDA FILHO, Niemeyer. O público e o privado na gestão da política econômica. **Economia Ensaios**, Uberlândia, v. 12, p. 139-146, 1997.

ALMEIDA FILHO, Niemeyer. Desenvolvimento territorial como expressão da perspectiva nacional do desenvolvimento: limites e potencial. **Soc. Bras. Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 94-116, dez. 2006.

ALMEIDA FILHO, Niemeyer; PAULANI, Leda Maria. Regulação social e acumulação por espoliação: reflexão sobre a essencialidade das teses da financeirização e da natureza do Estado na caracterização do capitalismo contemporâneo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 2 (42), ago. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Mudança Social no Brasil: um panorama descritivo de 1992 a 2014 a partir de Diferentes Indicadores**. Brasília (DF), 2015. (Estudo Técnico, n. 10).

CASTRO, Jorge Abrahão; RIBEIRO, José Aparecido Carlos; CHAVES, José Valente; DUARTE, Bruno Carvalho. **Gasto social federal: prioridade macroeconômica no período 1995-2010**. Brasília (DF): Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2012. (Nota Técnica, n. 9).

HIRST, Monica. **Aspectos conceituais e práticos da atuação do Brasil em Cooperação Sul-Sul: os casos de Haiti, Bolívia e Guiné Bissau**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2012. (Texto para Discussão, n. 1687).

MEDEIROS, Marcelo.; SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira. **A estabilidade da desigualdade no Brasil entre 2006 e 2012: resultados adicionais**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016. (Texto para Discussão, n. 2170).

OSÓRIO, Rafael. Desigualdade e Pobreza. In: PNAD 2014 – Breves Análises. Brasília (DF): Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015. (Nota Técnica, n. 22).

SILVA, Patricia Andrade de Oliveira. **Capital social e políticas de combate à pobreza no Brasil: uma análise em redes**. 2015. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente)-Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

SILVA, Patricia Andrade de Oliveira. Social policy in Brazil: evolution between 2004-2014. **International Policy Centre for Inclusive Growth**, n. 155, p. 3-23, 2017.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira. Poverty, Inequality and Social Policies in Brazil, 1995-2009. **International Policy Center for Inclusive Growth**, n. 87, Feb. 2012.

TESOURO NACIONAL. **Gasto Social do Governo Central, 2002 a 2015**. Brasília (DF), 2016.

WORLD WITHOUT POVERTY. **Relatório de Atividades do WWP (2013-2017)**. Brasília (DF), 2017.